

Por uma escola para o comum: convergências, divergências e possibilidades

For a school for the common: convergences, divergences, and possibilities

Luthiane Miszak Valença de Oliveira¹
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
luthimv@hotmail.com

Daiana Bastos da Silva Santos²
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
daianaa_bs@hotmail.com

Resumo: A obra resenhada, *Hacia una escuela para lo común: debates, luchas y propuestas en América Latina y España*, trata-se de uma coletânea composta por oito capítulos escritos por pesquisadores educacionais interessados pela temática, organizada pelos editores Jordi Collet Sabé e Silvia Grinberg, e está disponível em língua espanhola. Como forma de organização da reflexão, eles convidam pesquisadores a pensarem numa escola voltada para o comum, uma escola que recupere os princípios democráticos e de vida compartilhada para o bem coletivo. Para tal propõem como questionamento central a seguinte pergunta chave: Que escola temos e que escola queremos? Importante destacar que essa forma de organização da obra a caracteriza não apenas como um compilado de artigos, mas como um exercício de diálogo dos organizadores com os demais autores, que, a partir de diferentes perspectivas, se voltaram a pensar sobre esse questionamento nos domínios do conceito de comum.

Palavras-chave: escola; comum; individualização.

Abstract: The reviewed work, *Hacia una escuela para lo común: debates, luchas y propuestas en América Latina y España*, is a collection composed of eight chapters written

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil.

by educational researchers interested in the subject and, organized by the editors Jordi Collet Sabé and Silvia Grinberg and, is available in Spanish. In an innovative way, they invite researchers to think about a school focused on the common, a school that recovers democratic principles and shared life for the collective good. To this end, they put the following key question as a central question: What school do we have and what school do we want? It is important to highlight that this form of organization of the work characterizes it not only as a compilation of articles, but as an exercise in dialogue between the organizers and the other authors, who among their perspectives turned to think about this questioning in the domains of the concept of common.

Keywords: school; common; individualization.

O livro, *Hacia una escuela para lo común: debates, luchas y propuestas en América Latina y España*, é uma obra que se propõe, por diversas direções analíticas, a problematizar a retórica instaurada há décadas no campo educacional de um processo de crise permanente, em uma era em que nada está destinado a permanecer (COLLET; GRINBERG, 2021). Os organizadores do livro, Jordi Collet Sabé e Silvia Grinberg, são professores de sociologia da educação e atuam, respectivamente, na Universidade de Vic (Barcelona) e na Universidade Nacional de San Martín (Argentina). Ambos, com vasta produção na área, têm como interesses de pesquisa os seguintes temas: políticas educativas, governança escolar, desigualdade educativa, construção de políticas educativas voltadas para o comum, contextos de extrema pobreza e degradação ambiental, entre outros.

No texto introdutório da obra, os organizadores Collet e Grinberg (2021) destacam a necessidade de uma análise ampliada desse advento de crise, além de seu diagnóstico e suas consequências, pois ambos não dialogam e/ou não se constituem enquanto um processo estatal, mas, pelo contrário, segundo Ball (2014), estão profundamente relacionados com uma agenda de reformas e políticas internacionais, caracterizando uma nova racionalidade da nossa época, a qual os pesquisadores nomeiam de governamentalidade gerencial (COLLET; GRINBERG, 2021) e que instaura uma necessidade de reformas a nível global. Essas novas lógicas gerenciais que se apresentam enquanto “*news*”, também chamadas de nova gestão pública segundo os autores, nos fazem viver as nossas vidas, tanto individual como socialmente, nos termos do empreendedorismo, da responsabilidade absoluta sobre nossas conquistas e nossos fracassos, e impõem a obrigação de nos revisarmos permanentemente e nos recuperarmos das nossas dificuldades. Assim, podemos inferir que as três dimensões dessa nova gestão descrita por eles seriam: a lógica do desempenho, a reforma permanente e a responsabilização individual pelo sucesso e pelo fracasso.

Dessa forma, para Collet e Grinberg (2021), interessa pensar e discutir sobre três aspectos centrais das lutas e resistências que estão acontecendo no interior desse processo, quais sejam: quais as formas de subjetividade que são produzidas nas escolas primárias e secundárias da América Latina e da Espanha diante

dessa racionalidade gerencial que visa produzir sujeitos que se autogerenciem? Quais as formas de governo educativo que ocorrem no quadro dessa lógica gerencial? Qual o lugar do indivíduo, do eu e do nós, em tempos de extremo conservadorismo? Ainda, os autores reforçam que é de extrema necessidade nos perguntarmos pelo comum, pelo público, pelas coisas públicas. Importa pensar sobre o outro na era do eu, em que noções como o comum, a escolaridade como uma coisa pública e a vida democrática como prática coletiva podem se configurar enquanto fugas dessa governamentalidade gerencial. Diante disso, os organizadores da obra convidam pesquisadores a pensarem numa escola voltada para o comum, uma escola que recupere os princípios democráticos e de vida compartilhada para o bem coletivo. Para tal colocam como questionamento central a seguinte pergunta chave: *Que escola temos e que escola queremos?*

Em resposta a essa reflexão, Carlos Ernesto Noguera Ramírz e Dora Lília Marín Díaz (2021) elaboram o capítulo intitulado “La educación hoy: entre aprendificación e individualización”, uma discussão teórica vinculada a dois projetos de pesquisa dos quais os pesquisadores fazem parte e que têm como objetivo analisar a crise mundial da educação por meio da problematização dos conceitos de aprendizagem e ensino. Em suma, o que os autores destacam é que a crise educacional estaria acontecendo na perda do horizonte antropológico da educação. Ramírez e Díaz (2021) reforçam o que Collet e Grinberg (2021) descrevem como o funcionamento de uma racionalidade, enquanto gramática particular, composta por um conjunto de regras que orientam a conduta da população, e eles que nomeiam de “governamentalidade de gestão ou governamentalidade gerencial” (COLLET; GRINBERG, 2021). Para dialogar com essa reflexão, Ramírez e Díaz (2021) propõem uma análise de três processos em curso no âmbito educacional: a politização, a economização e a aprendificação, cujo principal efeito, segundo eles, seria uma crescente e incisiva individualização. Tudo isso seria parte de um processo de individualização extrema que centraliza a condução dos indivíduos neles mesmos (RAMÍREZ; DÍAZ, 2021). Assim, os autores salientam que tais processos acompanham a emergência da racionalidade neoliberal, ou como Collet e Grinberg (2021) nomeiam “governamentalidade de gestão”, e como consequência há um intenso processo de individualização que impacta as formas de vida contemporâneas, em que a ação educativa se dilui na função da aprendizagem, e os fins comuns da educação acabam por se reduzir em interesses e necessidades individuais, em que o interesse não está voltado para o comum, para o nós, e sim para o eu. Diante desse contexto, Ramírez e Díaz (2021) alertam que a aprendizagem não é educação e que, embora a educação não possa acontecer sem aprendizagem, a aprendizagem, por sua vez, pode acontecer sem a educação.

No terceiro capítulo do livro, intitulado “Todavía ‘como pájaros en el cable’? Libertad después del neoliberalismo”, Nikolas Rose (2021) busca compreender o conceito contemporâneo de populismo autoritário, citado primeiramente por Stuart Hall. O autor destaca fenômenos contemporâneos e políticos de extrema direita e reforça a importância de pensarmos em racionalidades políticas e tecnologias governamentais para o governo “depois do neoliberalismo” (ROSE, 2021). Os conceitos chave para compreendermos esse conjunto de racionalidades e técnicas, segundo o autor, são: o povo, a segurança e o controle. Rose (2021) destaca que o que interessa para ele é pensar a liberdade como um elemento operativo

em regimes particulares de conhecimento, poder e ética, além da “liberdade incorporada em práticas historicamente específicas” (ROSE, 2021, p. 54)^[1]. O autor discute o conceito de liberdade destacando como esse termo se tornou vocabulário recorrente nos anos de 1990 e como ele foi tomado como prática de governo. Os termos relativos à liberdade faziam referência à autonomia do indivíduo, sendo que esses deviam ser ativados para gerir ou gerenciar suas vidas. Assim, o autor faz referência ao título do artigo ao realizar uma analogia, reforçando que essa concepção de liberdade baseada nessa ideia de “autonomia natural” nos exige “uma ética muito particular de autovinculação a práticas e tecnologias específicas” (ROSE, 2021, p. 55), o que nos faz tão livres como pássaros no fio. Além disso, enfatiza a importância de pensarmos em novas conexões, no que se refere a estratégias políticas, entre os termos liberdade, segurança e controle (ROSE, 2021), pois neste processo poderíamos encontrar novas pistas sobre os regimes de governo que estão surgindo “depois do neoliberalismo” (ROSE, 2021).

O capítulo “Governamentalidade, democracia crítica e educação”, de autoria conjunta de Maura Corcini Lopes e Alfredo Veiga-Neto, apresenta como epígrafe que “uma educação melhor hoje faz um país mais pacífico e democrático amanhã” (PINKER, 2018, p. 203), o que enfatiza a relevância do questionamento, “Que educação temos e que educação queremos?”, fio condutor das reflexões desta obra. Lopes e Veiga-Neto (2021) destacam a dificuldade de se pensar a educação brasileira no contexto da pandemia de Covid-19 diante da forte crise de governo e de governmentamento vivenciada no país que, segundo eles, “[...] acabou explicitando a instabilidade da jovem e ameaçada democracia e, diretamente relacionada a essa, a frágil governamentalidade brasileira” (LOPES; VEIGA-NETO, 2021, p. 74). Como leitura do presente, os autores destacam o enfraquecimento das instituições sociais e a perda da sua credibilidade e afirmam que “[...] a escalada do autoritarismo e do fascismo têm se acelerado a partir do enfraquecimento da educação como princípio inegociável na democracia e na geração de transformações sociais e até individuais” (LOPES; VEIGA-NETO, 2021, p. 74).

Os autores diferenciam, em seu texto, os termos poder/autoridade, autoridade/autoritarismo, obedecer/desobedecer. Ao fazerem tal distinção, salientam que é contra o excesso de obediência e a favor da criticidade que se posicionam “[...] por dentro da educação regida pela democracia e pelo reconhecimento da autoridade” (LOPES; VEIGA-NETO, 2021, p. 77). Como condição para continuar a discussão, os autores retomam os conceitos de governamentalidade e democracia. E reforçam que “a racionalidade neoliberal que sustenta a governamentalidade aposta na promoção de práticas que conduzem os indivíduos a se conformarem às normas” (LOPES; VEIGA-NETO, 2021, p. 84). Ainda, mencionam a existência de um neoliberalismo à brasileira (ÀVILA, 2020) que embasa a baixa intervenção do Estado na promoção da vida da população e que explica, pelo menos em parte, a indiferença de uns com os outros diante das injustiças sofridas. “Dito isso, queremos frisar a responsabilidade, como sujeitos ativos e que acreditam no princípio político do comum, de assumirmos as necessárias transformações de nosso tempo” (LOPES; VEIGA-NETO, 2021, p. 88).

No quinto capítulo, intitulado “La Escuela: Ahogada en estándares e indicadores, susurrando la construcción de lo común”, os professores pesquisadores, Vicente Sisto e Lorena Ramírez (2021), discutem o assunto, a partir da realidade chilena, a qual tem construído sua educação a partir das premissas gerenciais, promovendo a privatização da educação pública e instalando instrumentos de medição de rendimento e prestação de contas sobre a qualidade da educação a partir das métricas estabelecidas por organismos internacionais. Nesse contexto, os autores destacam que “a política, através de seus instrumentos, instala uma gramática que define o que será considerado legítimo na educação, prescrevendo modos de ser e fazer, instalando categorias sociais que interpelam os atores e suas subjetividades” (SISTO; RAMÍREZ, 2021, p.92). Ao longo do capítulo, ao referirem-se inicialmente a uma revolução neoliberal na educação e no trabalho docente no Chile, os autores demonstram as principais políticas gerencialistas, sua materialização e os instrumentos dos quais fazem uso, dentre eles, a avaliação docente, pautada na meritocracia e na alteração dos rendimentos, a instalação de concursos e a avaliação meritocrática para a indicação de indicadores, a lei e o sistema para assegurar a qualidade e a equidade da educação, um sistema de desenvolvimento pessoal docente etc. Assim, buscam responder à pergunta inicial de seu texto sobre “Qual a educação que temos?”, sublinhando que é uma educação pautada pelas mudanças de revolução neoliberal e aperfeiçoada pelo ritmo de uma nova gestão pública gerencialista.. Na segunda parte do capítulo, e a título de suas conclusões, ao buscar responder à provocação dos editores desta obra sobre “Qual educação queremos?”, os autores procuram apontar os caminhos para um processo de educar vivo (reflexivo e em transformação) construído no cotidiano e, a partir de suas pesquisas empíricas, apontam que as possibilidades emergem como sussurros, lutas e contradições que se constituem cotidianamente pelos atores, desde os estudantes, até os professores e a direção escolar, os quais, em suas práticas, questionem o modelo gerencial e apostem em modelos democráticos e colaborativos.

“Lo común en la educación: Praxis de lucha social en la escuela pública” é o título do sexto capítulo da obra, escrito por Noelia Fernández González e Héctor Monarca, no qual os autores se dedicam a pensar a noção do comum e como construir uma escola para o comum com espaço para a desnaturalização, a problematização e a crítica do sistema mundo capitalista-patriarcal-colonial (GONZÁLEZ; MONARCA, 2021). Assim, após apresentar reflexões em torno da emergência do comum e de uma racionalidade neoliberal, da escola e da educação como bens comuns e como alternativas a olhares economicistas e privatistas da atualidade, os autores buscam responder à pergunta “Como construir uma escola do e para o comum”? (GONZÁLEZ; MONARCA, 2021, p. 127) a partir de quatro ideias principais: a) A primeira diz respeito a entender o comum como uma práxis que articula teoria e prática e que busca construir a educação para o comum e que, portanto, precisa de uma racionalidade específica para esse processo inspirada em princípios de apoio mútuo, solidariedade e luta social contra a exploração e a opressão de ordem social. b) A segunda relaciona-se com o resgate da função política da educação, entendendo que educar não é domar ou governar, mas sim um ato de rebeldia contra a ordem e as injustiças. À luz das teorias de Rancière e Freire, os autores ressaltam que a educação é um ato político ancorado no diálogo e que adota a problematização como estratégia chave para questionar o que se apresenta como dado. c) A terceira ideia

busca destacar que existe uma lista de correntes e propostas pedagógicas que ao longo da história estiveram comprometidas com a tarefa de construir a educação/escola para o comum, dentre elas a pedagogia crítica, os aportes decoloniais vinculados ao projeto da interculturalidade, a tradição da educação popular inspirada em Freire e nas lutas desenvolvidas ao longo do século XXI por uma educação emancipadora e não reprodutora do status quo, de forma que estas lutas e perspectivas indicam que a educação “é sempre política ao ser ação sobre o mundo” (GONZÁLEZ; MONARCA, 2021, p. 128). d) E, em quarto lugar, os autores encerram o capítulo buscando refletir se é possível fazer da escola o lugar do e para comum, sobre o que destacam: “Entendemos assim que o horizonte do comum nos compromete a organizar a escola como um espaço de luta social contra a exploração e as opressões” e sobre esses aspectos “consideramos que é um desafio atual articular e consolidar alianças de luta entre os atores sociais organizados e a escola pública estatal” (GONZÁLEZ; MONARCA, 2021, p. 129).

Nessa mesma direção, somando à perspectiva de pensar uma escola para o comum é que Inés Dussel escreve o capítulo sete, intitulado “Una escuela para lo común. Notas de lectura para nuevas cartografías”. Nesse capítulo, ao perguntar-se sobre quais são as margens disponíveis para inventar novas formas distintas da ordem social do dia (ou seja, neoliberal e sob os efeitos da pandemia de Covid-19) e em que se imagine uma escola que construa uma educação de “nós”, a autora sustenta que a discussão sobre o comum e sobre qual escola pode ajudar a sustentar esse comum é indispensável não só para uma vida digna, mas também para a sobrevivência no Planeta. Assim, Dussel (2021) organiza o capítulo em duas partes: na primeira, retoma o debate quanto às variações sobre o conceito de comum e a escola, utilizando leituras distintas como Berlant, Illich, Simons e Masschelein; na segunda, afirma a possibilidade de uma escola para o comum e apresenta reflexões sobre as formas concretas que essa escola pode tomar, articulando as leituras a que se propôs para esse capítulo, afirma então que, em relação às práticas e pedagogias para o comum, ações como confiar e criticar, falar e ouvir, prestar atenção e decidir abrem considerações valiosas para pensar o currículo e a pedagogia, mas essas práticas precisam ser pacientemente ensinadas e aprendidas, o que retoma a noção da escola como tempo livre, de suspensão do cotidiano e também do entendimento de que as escolas podem ser parte das infraestruturas do comum, pois organizam conversações intergeracionais em torno de práticas de saber que são relevantes para viver neste planeta e promovem oportunidades para fazer e cuidar do mundo (DUSSEL, 2021).

Por fim, o oitavo e último capítulo, “El mapa final: Caminos de debate, propuesta y lucha por una educación democrática y en común en América Latina y España”, é escrito pelos organizadores da obra Jordi Collet e Silvia Grinberg que apresentam cinco ferramentas para repensar e co-produzir novas realidades educativas, entendendo que a crise permanente na educação abordada no capítulo introdutório apresenta consequências em comum mesmo em realidades distintas na América Latina e na Espanha, como foi abordado ao longo dos demais capítulos. Assim, eles propõem alternativas para a escola que não queremos e convidam à busca por construir uma escola democrática voltada para o comum, diferente da racionalidade gerencial e neoliberal a qual está vinculada aos organismos internacionais e associada a uma racionalidade

que requer que se produzam subjetividades que se autogestionem, como empresárias de si mesmas, que se coloquem em condições de competir e que se responsabilizem pelos seus fracassos, já que a individualização e a responsabilização estão no centro dessa gramática, a qual, inclusive, trata as diversidades (de trajetórias, de capacidades, de gênero, de cultura, de classe social...) como fora da “normalidade” e passível de “medicalização”, correção ou ocultação, “como se a alteridade, a diversidade, a desigualdade, os espaços em comum... fossem um problema que é preciso resolver através da diferenciação, da exclusão e da segregação” (COLLET; GRINBERG, 2021, p. 150).

Assim, a partir do diálogo com autores do capítulo da obra e com o desejo de seguir dialogando a partir de uma disposição para co-construir os sistemas educativos e uma escola para a democracia e para o comum, as cinco ferramentas compartilhadas pelos autores são: a necessidade de co-construir uma racionalidade educativa para o comum; a importância que é repensar o poder para essa construção, centrando o olhar no poder sobre, no poder coercitivo e visibilizando os poderes de com e para; a centralidade de construir uma escola para o comum com a democracia e a inclusão de todas as vozes como critério transversal; a constatação de que as escolas e os sistemas educativos com institucionalidade democrática, permeável, flexível e inclusiva podem ser um bom caminho para ir co-construindo essa escola para o comum e para realçar a centralidade das identidades nesse projeto (COLLET; GRINBERG, 2021).

Collet e Grinberg (2021) assinalam, no capítulo introdutório desta obra, que a escola, apesar de suas limitações e dificuldades, é lugar de encontro entre os diversos e entre os desiguais e que, apesar de tudo, é uma das instituições mais democráticas que temos e que seguiremos tendo, pois, educar é uma atividade vinculada ao nós, uma atividade comunizante, a qual se faz mutuamente. Por nos ampararmos nesse conjunto de certezas, mas também de apostas e de esperança, é que recomendamos a leitura da sua obra, por sua potência, por sua insistência em apostar e apresentar alternativas para uma escola que, diante de uma racionalidade neoliberal e de uma gramática individualizante de responsabilização, se constitua no âmbito do comum e de práticas democráticas, que são possíveis e que podem ser construídas com e para o comum, de maneira que, junto com os autores, sublinhamos que “precisamente a educação, todas as educações são impossíveis sem nós” (COLLET; GRINBERG, 2021, p. 26).

Referências

SABÉ, Jordi Collet; GRINBERG, Silvia. (Orgs.). **Hacia una escuela para lo común: debates, luchas y propuestas en América Latina y España**. Madrid: Ediciones Morata, 2021.

Submetido: 08/10/2022

Aceito: 30/10/2022